

Cielo S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes

Índice	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	11
1 Contexto operacional	11
2 Resumo das principais práticas contábeis	12
3 Informações consolidadas do Conglomerado Prudencial	22
4 Disponibilidades	23
5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	23
6 Fundo de investimento em direitos creditórios	27
7 Contas a receber operacionais	29
8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos	29
9 Investimentos	31
10 Imobilizado	35
11 Intangível	35
12 Obrigações por empréstimos e financiamentos	36
13 Outras obrigações - Diversas - Contas a pagar a clientes	38
14 Provisões, ativos e passivos contingentes	39
15 Patrimônio líquido	42
16 Lucro líquido por ação	45
17 Receita operacional líquida	45
18 Despesas por natureza	46
19 Outras despesas operacionais, líquidas	46
20 Compromissos	47
21 Benefícios a empregados	47
22 Participação de colaboradores e administradores no lucro	48
23 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal	48
24 Plano de ações restritas	49
25 Resultado financeiro	50
26 Gestão de riscos	50
27 Transações e saldos com partes relacionadas	56
28 Itens que não afetam o caixa	56
29 Cobertura de seguros	61
30 Eventos subsequentes	61

KPMG Auditores Independentes
Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro
06086-050 - Osasco/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 2856-5300, Fax 55 (11) 2856-5320
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Acionistas e ao Conselho de Administração da
Cielo S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Cielo S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas notas explicativas nº 2 e 3.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Cielo S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras de propósito especial, conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e 3 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 2 e 3, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Sociedade para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas

demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, pode não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

A Sociedade elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 26 de janeiro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas notas explicativas nº 2 e 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis da governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Conglomerado Prudencial - Cielo S.A.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	<u>Nota</u>	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	126.249	233.903	Obrigações por empréstimos	12	40.214	917.685
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	3.574.541	2.987.409	Instrumentos financeiros derivativos	5	2.079	47.513
Rendas a receber	7	916.140	810.200	Outras obrigações		66.900.335	67.736.919
Contas a receber de emissores	7	70.211.977	72.192.036	Sociais e estatutárias		232.832	160.426
Contas a receber com partes relacionadas	27	33.037	454.570	Fiscais e previdenciárias	8	549.994	515.140
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		793.843	460.986	Contas a pagar a estabelecimentos	13	61.765.044	63.363.353
Outras contas a receber operacionais	7	196.404	357.226	Contas a pagar com partes relacionadas	27	170.274	654.510
Provisão para créditos incobráveis	7	(299.929)	(263.507)	Obrigações com cotas senior FIDC		3.041.462	2.000.352
Outros valores a receber		64.206	97.717	Outras		1.140.729	1.043.138
Total do ativo circulante		75.616.468	77.330.540	Total do passivo circulante		66.942.628	68.702.117
				Exigível a longo prazo			
Realizável a longo prazo				Obrigações por empréstimos	12	6.801.759	6.698.986
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	457.892	-	Outras obrigações		3.665.489	3.240.828
Depósitos judiciais	14	1.576.881	1.586.966	Provisões para contingências	14	1.829.203	1.815.778
Créditos tributários	8	1.131.593	1.105.172	Impostos e contribuições diferidos		1.923	6.220
Outras contas a receber operacionais	7	22.398	27.877	Provisão para obrigações com investidas		1.775.205	1.309.901
Outros valores a receber		-	87	Outras		59.158	108.929
				Total do passivo exigível a longo prazo		10.467.248	9.939.814
Permanente				Patrimônio líquido			
Investimentos	9	241.301	333.871	Capital social	15	5.700.000	5.700.000
Imobilizado de uso	10	960.431	851.314	Reservas de capital	15	67.529	65.658
Intangível	11	10.008.624	10.504.630	Reservas de lucros	15	4.031.907	3.708.079
				Outros resultados abrangentes	15	(223.767)	12.716
				(-) Ações em tesouraria	15	(84.815)	(56.198)
Total do ativo realizável a longo prazo e permanente		14.399.120	14.409.917	Atribuído a:			
				Acionistas controladores		9.490.854	9.430.255
				Outros acionistas que não a Cielo		3.114.858	3.668.271
Total do ativo		90.015.588	91.740.457	Total do patrimônio líquido		12.605.712	13.098.526
				Total do passivo e patrimônio líquido		90.015.588	91.740.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial - Cielo S.A.

Demonstrações do resultado

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação

	Nota	2º semestre/20	Exercício/20	Exercício/19 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	17	5.212.693	9.758.342	10.165.268
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	<u>(3.386.671)</u>	<u>(6.600.955)</u>	<u>(6.081.928)</u>
LUCRO BRUTO		<u>1.826.022</u>	<u>3.157.387</u>	<u>4.083.340</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Pessoal	18	(254.267)	(497.547)	(465.342)
Gerais e administrativas	18	(386.661)	(753.324)	(669.577)
Vendas e marketing	18	(170.137)	(372.753)	(544.047)
Equivalência patrimonial	9	(74.606)	(130.919)	(74.982)
Outras despesas operacionais, líquidas	18	<u>(311.469)</u>	<u>(621.264)</u>	<u>(475.162)</u>
LUCRO OPERACIONAL		<u>628.882</u>	<u>781.580</u>	<u>1.854.230</u>
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	25	80.701	155.767	180.498
Despesas financeiras	25	(166.949)	(430.613)	(678.711)
Aquisição de recebíveis	25	178.394	506.530	1.123.014
Variação cambial e MtM, líquido	25	<u>(24.051)</u>	<u>(29.585)</u>	<u>22.933</u>
		<u>68.095</u>	<u>202.099</u>	<u>647.734</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		696.977	983.679	2.501.964
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	8	(302.298)	(386.822)	(746.167)
Diferidos	8	<u>92.284</u>	<u>32.718</u>	<u>(5.068)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>486.963</u>	<u>629.575</u>	<u>1.750.729</u>
Atribuído a:				
Acionistas controladores		398.652	490.249	1.547.392
Outros acionistas que não a Cielo		<u>88.311</u>	<u>139.326</u>	<u>203.337</u>
		<u>486.963</u>	<u>629.575</u>	<u>1.750.729</u>
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	16	<u>0,17947</u>	<u>0,23232</u>	<u>0,64538</u>
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	16	<u>0,17930</u>	<u>0,23160</u>	<u>0,64443</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial - Cielo S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	2º semestre/20	Exercício/20	Exercício/19 (Reapresentado)
Lucro líquido do período	486.963	629.575	1.750.729
Resultados abrangentes			
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:			
Variação cambial sobre investimentos no exterior	73.637	(250.349)	(30.123)
Benefício pós-emprego	13.866	13.866	(16.783)
Movimentações do período	87.503	(236.483)	(46.906)
Resultado abrangente total do período	574.466	393.092	1.703.823
Atribuído a:			
Acionistas controladores	486.155	253.766	1.500.486
Acionistas não controladores	88.311	139.326	203.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial - Cielo S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros							Outros resultados abrangentes	Total da participação dos acionistas controladores	Participação de outros acionistas que não a Cielo	Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	5.700.000	71.255	(50.578)	1.049.745	1.820.386	709.500	-	59.622	9.359.930	3.661.905	13.021.835
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(22.829)	-	-	-	-	-	(22.829)	-	(22.829)
Ações restritas outorgadas	24	11.612	-	-	-	-	-	-	11.612	-	11.612
Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	24 e 15.c)	(17.209)	17.209	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	1.547.392	-	1.547.392	203.337	1.750.729
Destinação sobre o lucro líquido do período:											
Reserva legal	15.e)	-	-	79.008	-	-	(79.008)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	15.g)	-	-	-	-	-	(81.276)	-	(81.276)	-	(81.276)
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	(404.000)	-	(404.000)	-	(404.000)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(709.500)	(224.168)	-	(933.668)	-	(933.668)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	758.940	-	(758.940)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:											
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	15.d)	-	-	-	-	-	-	(30.123)	(30.123)	-	(30.123)
Benefício pós emprego	15.d)	-	-	-	-	-	-	(16.783)	(16.783)	-	(16.783)
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(196.971)	(196.971)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	5.700.000	65.658	(56.198)	1.128.753	2.579.326	-	-	12.716	9.430.255	3.668.271	13.098.526
Saldos em 30 de junho de 2020	5.700.000	65.025	(76.804)	1.133.333	2.579.326	-	56.305	(311.270)	9.145.915	3.648.209	12.794.124
Aquisição de ações em tesouraria	15.c)	-	(12.654)	-	-	-	-	-	(12.654)	-	(12.654)
Ações restritas outorgadas	24	-	7.147	-	-	-	-	-	7.147	-	7.147
Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	24 e 15.c)	-	(4.643)	4.643	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	398.652	-	398.652	88.311	486.963
Destinação sobre o lucro líquido do período:											
Reserva legal	15.e)	-	-	6.667	-	-	(6.667)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	15.g)	-	-	-	-	-	(120.758)	-	(120.758)	-	(120.758)
Dividendos proposto	15.g)	-	-	-	-	-	(14.951)	-	(14.951)	-	(14.951)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	312.581	-	(312.581)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:											
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	15.d)	-	-	-	-	-	-	73.637	73.637	-	73.637
Benefício pós emprego	15.d)	-	-	-	-	-	-	13.866	13.866	-	13.866
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(621.662)	(621.662)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.700.000	67.529	(84.815)	1.140.000	2.891.907	-	-	(223.767)	9.490.854	3.114.858	12.605.712
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	5.700.000	65.658	(56.198)	1.128.753	2.579.326	-	-	12.716	9.430.255	3.668.271	13.098.526
Aquisição de ações em tesouraria	15.c)	-	(40.214)	-	-	-	-	-	(40.214)	-	(40,214)
Ações restritas outorgadas	24	-	13.468	-	-	-	-	-	13.468	-	13,468
Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	24 e 15.c)	-	(11.597)	11.597	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	490.249	-	490,249	139,326	629,575
Destinação sobre o lucro líquido do período:											
Reserva legal	15.e)	-	-	11,247	-	-	(11,247)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	15.g)	-	-	-	-	-	(151,470)	-	(151,470)	-	(151,470)
Dividendos proposto	15.g)	-	-	-	-	-	(14,951)	-	(14,951)	-	(14,951)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	312,581	-	(312,581)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:											
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	15.d)	-	-	-	-	-	-	(250,349)	(250,349)	-	(250,349)
Benefício pós emprego	15.d)	-	-	-	-	-	-	13,866	13,866	-	13,866
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(692,739)	(692,739)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.700.000	67.529	(84.815)	1.140.000	2.891.907	-	-	(223.767)	9.490.854	3.114.858	12.605.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial - Cielo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre/20	31/12/2020	31/12/2019
(Reapresentado)				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		696.977	983.679	2.501.964
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	498.625	1.048.676	977.978
Baixas de imobilizado e intangível	10 e 11	57.189	90.153	19.114
Equivalência patrimonial	9	74.606	130.919	74.982
Varição cambial sobre imobilizado e intangível	10 e 11	(6.227)	(27.579)	(8.127)
Ações restritas outorgadas		2.504	1.871	(5.597)
Perdas com créditos incobráveis e fraude	19	234.596	511.323	388.786
Provisão líquida para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	54.835	61.739	90.105
Varição cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	12	(16.089)	301.535	54.970
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		25.915	(302.417)	(119.687)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	91.739	252.885	421.645
Amortização de custos de emissão de dívidas	12	13.375	33.700	14.658
Efeito de variação cambial sobre conversão de ativos e passivos no exterior		73.637	(250.349)	(30.123)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:				
Rendas a receber		(244.688)	(105.940)	44.426
Contas a receber de emissores		(16.765.489)	1.505.158	(10.283.031)
Contas a receber com partes relacionadas		(175.099)	421.533	(435.173)
Créditos tributários		(85.987)	(26.421)	(3.827)
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		(441.755)	(332.857)	(73.135)
Depósitos judiciais	14 b)	(3.011)	10.085	37.597
Outros valores e bens		31.152	33.598	(36.460)
Outros ativos		201.940	166.301	(289.246)
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos		(345.230)	(391.055)	42.928
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:				
Sociais e estatutárias		25.053	(9.754)	26.493
Fiscais e previdenciárias		230.754	27.638	(18.360)
Contas a pagar a estabelecimentos		14.132.639	(1.598.309)	9.731.766
Contas a pagar com partes relacionadas		(15.392)	(484.236)	516.207
Provisões para contingências		(18.639)	(48.314)	(36.673)
Outros passivos		1.270.632	1.585.664	(375.002)
Caixa proveniente/(utilizado) das operações		(401.438)	3.589.226	3.229.178
Imposto de renda e contribuição social pagos		(121.887)	(351.185)	(998.993)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(523.325)	3.238.041	2.230.185
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte de capital em controladas	9	(10.500)	(65.500)	(73.114)
Aquisição de investimento em controladas	9	(29.797)	(29.797)	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	9	30.588	39.087	73.789
(Aquisições) de imobilizado de uso	10	(282.129)	(416.365)	(532.066)
(Aquisições) de intangível	11	(150.818)	(307.699)	(551.099)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(442.656)	(780.274)	(1.082.490)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	12	1.630.200	6.097.196	18.488.596
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	12	(3.315.205)	(7.143.479)	(17.182.343)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	12	(7.567)	(22.040)	(37.883)
Juros pagos	12	(108.084)	(294.495)	(441.540)
Aquisição de ações em tesouraria	15.c)	(12.654)	(40.214)	(22.829)
Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações		4.643	11.597	17.209
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(65.332)	(217.687)	(1.700.137)
Resgate de ações pagos a terceiros		(559.313)	(559.313)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(2.433.312)	(2.168.435)	(878.927)
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(3.399.293)	289.332	268.768
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	4 e 5.a)	3.462.064	3.462.064	3.172.732
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa no exterior		(52.053)	(65.694)	(45.053)
Saldo inicial	4 e 5.a)	6.861.357	3.172.732	2.903.964
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(3.399.293)	289.332	268.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Companhia” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como, a emissão e gestão de contas de pagamentos.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Companhia e controladas em conjunto, que junto à Cielo também são designadas como “Grupo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de adquirência, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

Eventos significativos do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, destacam-se os seguintes eventos:

- A partir de março de 2020, foram sentidos os impactos iniciais da pandemia da COVID-19, com redução de volume capturado na Cielo e na Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. (“Cateno”), e consequente efeito na receita de comissão e de intercâmbio, respectivamente. Como estratégia de gestão de caixa, passou-se a privilegiar o reforço de liquidez da Companhia. Adicionalmente, a partir do 2º trimestre de 2020, a Companhia passou a acompanhar mensalmente a evolução dos desdobramentos da pandemia e a rever suas estimativas contábeis frente aos possíveis impactos decorrentes do isolamento social. Durante o ano, a Companhia realizou diferentes iniciativas visando readequar a sua estrutura de custos e de capital para o atual momento econômico.
- Em julho de 2020, foi feito o resgate das cotas seniores e mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”), em razão de seus vencimentos, e foi realizada a segunda emissão de cotas no mercado nacional no montante de R\$4.250.000. São R\$3.000.000 em títulos seniores da segunda série, com remuneração equivalente a CDI + 1,25% ao ano e R\$1.250.000 em cotas mezanino da segunda série, com remuneração equivalente a CDI + 1,30% ao ano. As cotas seniores possuem prazo de 12 meses, sendo seu vencimento programado para julho de 2021. Em novembro de 2020, foi realizado o resgate antecipado da totalidade das cotas mezanino B do FIDC Plus no montante de R\$ 1.250.000.
- Em 27 de agosto de 2020, houve a liquidação do contrato de empréstimo em moeda estrangeira (“operação 4.131”) no valor de US\$ 121.000 mil (R\$ 504.328). O instrumento derivativo Swap, que

visava proteger o empréstimo em relação à oscilação da moeda estrangeira, também foi liquidado na mesma data.

Eventos societários

Aquisição de participação remanescente na Multidisplay

A Companhia, em maio de 2020, acordou, junto aos sócios-fundadores da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A (“Multidisplay”), o montante de R\$ 29.797 para o Exercício de Opção de Venda da participação remanescente detida pelos mesmos, após cálculo com base nas Demonstrações Financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2019, conforme opção prevista no acordo firmado em 04 de julho de 2016 acerca da aquisição da parcela complementar de 41,34% (quando a Companhia passou a deter 91,44% da Multidisplay).

Em 19 de novembro de 2020, após a aprovação pelo Banco Central do Brasil, ocorreu a conclusão da aquisição das ações representativas de 8,56% do capital da Multidisplay pela Cielo, passando esta a deter 100% de participação. Decorrente da aquisição, foi reconhecido um ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 26.157.

Incorporação da Braspag

Em 30 de setembro de 2020, a controlada direta Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”) foi incorporada pela controlada indireta Stelo S.A. (“Stelo”) com a versão de todos os seus bens, direitos e obrigações para a Stelo. A Incorporação tem por finalidade simplificar a estrutura organizacional e as práticas contábeis e societárias, bem como proporcionar redução de custos e melhoria de resultados decorrente da melhor organização operacional e administrativa do grupo econômico, visando dar maior agilidade e eficiência na condução dos negócios. A partir desta operação a Cielo passou a deter participação direta na Stelo de 21,36% e indireta de 100%.

A Braspag foi incorporada com base nos saldos apurados no laudo de avaliação patrimonial com data-base de 31 de agosto de 2020, com patrimônio líquido avaliado na data-base de R\$ 37.866 e incorporado na Stelo a partir da emissão de novas ações.

Na mesma data, após a incorporação dos saldos, foi aprovado aporte de capital na Stelo no montante de R\$ 65.500.

Resgate de ações da Cateno

Em novembro de 2020, foi realizado o resgate parcial de ações da Cateno, no valor total de R\$ 1.864.378, liquidado em caixa para as acionistas Cielo (no montante de R\$ 1.305.065, correspondentes a 70% de participação) e BB Elo Cartões Participações S.A. (no montante de R\$ 559.313, correspondentes a 30% de participação). A operação não resultou em alteração na composição societária da controlada.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Cielo foram elaboradas com o propósito específico para atender às determinações da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN” ou “Banco Central”). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução nº 4.280/13, que não são os mesmos estabelecidos pela legislação societária, pelo próprio CMN, pelo BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na elaboração de demonstrações financeiras

consolidadas para fins gerais. Neste sentido, abrangem as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Cielo as empresas controladas no país e no exterior que atuam como instituições de pagamento e os fundos de investimentos (FIDCs e FIC), conforme requerido nos artigos 1º e 4º da Resolução nº 4.280/13, e que estão apresentadas na Nota 03.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Cielo foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 26 de fevereiro de 2020.

2.2 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos incobráveis (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissores, por exemplo), imposto de renda e contribuição social diferidos (créditos tributários), redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Merchant e-Solutions, Inc (“MerchantE”). Adicionalmente, com relação à MerchantE, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos da controlada indireta MerchantE (localizada nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da MerchantE, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a MerchantE manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a MerchantE é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas (aplicações no mercado aberto), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moeda estrangeira, que possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Aplicações no mercado aberto

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Companhia em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/01:

Títulos para negociação

São aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda

São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento

São aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos

rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor de mercado estimado. O valor de mercado, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor de mercado possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os instrumentos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os instrumentos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os instrumentos financeiros classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor de mercado dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

Mudanças no valor de mercado de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um “*hedge*” de fluxo de caixa ou um “*hedge*” de variação cambial de investimentos no exterior são registradas em outros resultados abrangentes, e quando qualificados como um “*hedge*” de risco de mercado, o objeto e o instrumento de “*hedge*” são registrados no resultado pelos valores de mercado.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do “*hedge*” quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de “*hedge*” são altamente eficazes na compensação das alterações no valor de mercado ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um objeto de “*hedge*” é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido em outros resultados abrangentes, é imediatamente reportado na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor de mercado de instrumentos financeiros não caracterizados como “*hedge*” ou caracterizados com “*hedge*” de risco de mercado são reconhecidas na linha de resultado financeiro, líquido, na demonstração do resultado.

2.8 Contas a receber de emissores e contas a pagar a estabelecimentos

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito

emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano.

Valores a receber de transações financeiras processadas

Representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela MerchantE que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

Valores a receber de estabelecimentos

Representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

b) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos

Obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A MerchantE paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

Cauções de clientes

A MerchantE mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, exceto em relação às empresas controladas que atendem aos requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13, alterada pela Resolução CMN nº 4.517/16, que foram consolidadas integralmente. A composição destas empresas encontram-se na Nota 03.

As demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior são adaptadas aos critérios contábeis do Conglomerado Prudencial e convertidas para a moeda real pela taxa do final do período.

2.10 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item

do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.11 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.13 Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

O ágio decorrente de investimentos em controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.14 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.15 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores que a Companhia é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Companhia possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.16 Provisões para contingências

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/09.

2.17 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela

Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Sociais e Estatutárias”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.18 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas (apurado com base na média dos últimos 30 pregões) e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.19 Adoção inicial de normas

Aplicação inicial para o exercício de 2020

A partir de janeiro de 2020, a Companhia adotou as novas determinações para a publicação das demonstrações financeiras previstas na Resolução BACEN nº 2/2020, anteriormente definidas na revogada Circular BACEN nº 3.959/19. No quadro abaixo, demonstramos a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos:

Ativo/Passivo	Classificação anterior	Resolução BACEN nº 2/2020
Disponibilidades	Caixa e Equivalentes de Caixa	Disponibilidades
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Disponibilidades
Aplicações em fundos de investimentos e demais aplicações financeiras	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Disponibilidades/Instrumentos financeiros, incluindo derivativos
Derivativos	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Instrumentos financeiros, incluindo derivativos
Fundo de investimento em direitos creditórios	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Fundo de investimento em direitos creditórios
Outros ativos	Outros	Outras contas a receber operacionais
Outros valores e bens	Outros valores e bens	Outros valores a receber
Depósitos judiciais	Devedores por depósito em garantia	Depósitos judiciais
Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes

Em 12 de agosto de 2020, foi emitida a Resolução BACEN nº 2/2020 que consolida as regras para elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras, revogando a Circular nº 3.959, sendo que as disposições da mesma foram incorporadas na Resolução BACEN nº 2/2020, não apresentando

Cielo S.A.
*Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras*

impactos relevantes no modelo de divulgação adotado pela Companhia.

A partir do segundo semestre de 2020, o BACEN iniciou um processo de reestruturação e revisão de seu arcabouço regulatório. No escopo desta revisão, começaram a ser emitidas novas normas que consolidam as diversas normas já existentes, simplificando e facilitando a consulta. Os novos normativos aplicáveis às Instituições de Pagamento e, conseqüentemente, à Cielo possuem vigência a partir de 01 de janeiro de 2021 e estão listados a seguir:

Nova norma	Escopo	Normativos revogados	Início da vigência
Resolução BACEN nº 5	Dispõe sobre os critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda pelas instituições de pagamento	Revoga a Circular nº 3.965, de 2 de outubro de 2019.	01/01/2021
Resolução BACEN nº 6	Dispõe sobre os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso pelas instituições de pagamento	Revoga a Circular nº 3.817, de 14 de dezembro de 2016.	01/01/2021
Resolução BACEN nº 7	Dispõe sobre os critérios e os procedimentos para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e veda o registro de ativo diferido pelas instituições de pagamento.	Revoga a Circular nº 3.818, de 14 de dezembro de 2016.	01/01/2021
Resolução BACEN nº 8	Dispõe sobre os critérios e as condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseado em ações realizadas pelas instituições de pagamento.	N/A	01/01/2021
Resolução BACEN nº 9	Consolida os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, de contingências passivas e de contingências ativas pelas instituições de pagamento	Revoga a Circular nº 3.484, de 2 de fevereiro de 2010.	01/01/2021
Resolução BACEN nº 13	Consolida os critérios gerais de contabilidade aplicáveis às instituições de pagamento e às administradoras de consórcio em regime de liquidação extrajudicial, os procedimentos contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em regime de liquidação extrajudicial na elaboração e divulgação de demonstrações.	Revoga os normativos: Circular nº 3.819, de 14 de dezembro de 2016; Circular nº 3.820, de 14 de dezembro de 2016; e Circular nº 3.896, de 9 de maio de 2018.	01/01/2021
Resolução BACEN nº 15	Consolida os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, aplicáveis às administradoras de consórcio e às instituições de pagamento e os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na apresentação de pedido para dispensa de critério para constituição do ativo fiscal diferido ou para sua baixa e na divulgação de informações em notas explicativas.	Revoga os normativos: Circular nº 3.174, de 15 de janeiro de 2003; e Circular nº 3.776, de 30 de dezembro de 2015.	01/01/2021
Resolução BACEN nº 33	Dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	Revoga os normativos: Circular nº 1.963, de 23 de maio de 1991; e Circular nº 3.816, de 14 de dezembro de 2016.	01/01/2022

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção dos normativos supramencionados nas demonstrações financeiras.

2.20 Alteração de política contábil – Reconhecimento da Equivalência Patrimonial da controlada Stelo

Em 14 de setembro de 2018, a Companhia adquiriu o controle indireto das ações da controlada Stelo por meio de sua controlada Aliança, que comprou 70% de participação na Stelo, passando a deter 100% do capital social da empresa. A partir dessa data, as atividades da Stelo ganharam representatividade na estratégia do Grupo, principalmente na atuação com o segmento de clientes Empreendedores.

Na consolidação das demonstrações financeiras até 31 de dezembro de 2019, foram utilizadas as informações contábeis da controlada indireta Stelo com um mês de defasagem. Nas demonstrações financeiras individuais, da mesma forma, foram utilizadas as informações contábeis da Stelo referentes a 30 dias antes da data dos demonstrativos para efeito de cálculo do investimento.

Com o objetivo de obter informações contábeis mais relevantes e confiáveis ao desempenho financeiro do Grupo, a Administração da Companhia optou por mudar a política contábil de consolidação da controlada indireta Stelo a partir de 1º de janeiro de 2020, deixando de reconhecer a equivalência com defasagem de 30 dias e passando a consolidar suas informações contábeis no mesmo período de competência da controladora Cielo.

A Administração entendeu que a nova política contábil utilizada para o reconhecimento do resultado da equivalência patrimonial da controlada Stelo traria maior transparência, maior aderência à performance financeira do período e, por consequência, maior facilidade na interpretação dos resultados por parte dos investidores e agentes de mercado.

Essa mudança de prática contábil foi registrada de acordo com o pronunciamento técnico CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em decorrência da aplicação deste pronunciamento, a Companhia preparou o balanço de abertura considerando a aplicação da alteração de política contábil em 2019. Para fins comparativos, foram preparadas também as informações financeiras consolidadas referentes às demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019

Ativo:	31/12/2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	31/12/2019 Reapresentado
Circulante	77.552.831	(222.291)	77.330.540
Não circulante	14.026.884	383.033	14.409.917
Total do ativo	91.579.715	160.742	91.740.457
Passivo e patrimônio líquido:			
Circulante	68.501.947	200.170	68.702.117
Não circulante	9.942.142	(2.328)	9.939.814
Patrimônio líquido	13.135.626	(37.100)	13.098.526
Total do passivo e patrimônio líquido	91.579.715	160.742	91.740.457

Demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Resultado:	Exercício de 2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	Exercício de 2019 Reapresentado
Receita líquida	10.158.730	6.538	10.165.268
Lucro bruto	4.097.074	(13.734)	4.083.340
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.885.771	(31.541)	1.854.230
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>2.532.520</u>	<u>(30.556)</u>	<u>2.501.964</u>
Lucro líquido do exercício	<u>1.783.488</u>	<u>(32.759)</u>	<u>1.750.729</u>

(*) Efeito da mudança no procedimento de consolidação da Stelo, que passou a ser consolidado dentro do mês de competência.

3 Informações consolidadas do Conglomerado Prudencial

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas que atuam como instituições de pagamento no país e no exterior, ou que se enquadram nos demais critérios definidos nos artigos 1º e 4º da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Quando necessário, as informações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Conglomerado Prudencial e/ou àquelas requeridas pela referida Resolução nº 4.280/13.

Para as controladas que se enquadram no artigo 1º da Resolução nº 4.280/13 (Cateno, Stelo e MerchantE), foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas no Conglomerado Prudencial, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores de transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

Conforme requerido no artigo 4º da Resolução nº 4.280/13, a Companhia consolida as informações financeiras dos FIDCs, pois, estes foram constituídos com o objetivo principal de concentrar a operação de aquisição dos recebíveis oriundos das transações de pagamento operacionalizadas pelo sistema de adquirência da Cielo, sendo que parte relevante dos riscos e benefícios dos FIDCs está vinculada às quotas mantidas pela Companhia. Da mesma forma, a Companhia consolida as informações financeiras do FIC, uma vez que este foi constituído com o objetivo de concentrar as aplicações financeiras das empresas do Conglomerado, sendo seus riscos e benefícios retidos pelas empresas do Conglomerado. No processo de consolidação dos FIDCs e FIC, foram feitas as eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e os FIDCs e FIC.

As participações societárias em controladas em conjunto, que atendem aos requisitos do artigo 1º da Resolução nº 4.280/13 (Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A -“Paggo”), alterada pela Resolução nº 4.517/16, estão registradas no Conglomerado Prudencial através do método de equivalência patrimonial, conforme requerido no artigo 5º da referida resolução.

As demais participações societárias em controladas e controladas em conjunto, que não atendem aos requisitos do artigo 1º da Resolução nº 4.280/13, alterada pela Resolução nº 4.517/16, estão registradas no Conglomerado Prudencial através do método de equivalência patrimonial, sendo elas: Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”), Cielo USA Inc. (“Cielo USA”), Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”), Braspag Tecnologia em Pagamentos Ltda. (“Braspag”), Aliança Pagamentos e Participações Ltda. (“Aliança”) e Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”).

Cielo S.A.
*Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras*

Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial incluem as seguintes controladas, diretas e indiretas, FIDCs e FIC:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2020	31/12/2019	
Participação direta em controladas e FIDCs:			
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC Plus")	37,30	79,59	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos ("FIC")	100,00	100,00	Fundo destinado à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração
Participação indireta em controladas:			
Merchant e-Solutions, Inc. ("MerchantE")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais.

4 Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo de disponibilidades da Companhia é composto a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Em moeda nacional	22.103	23.668
Em moeda estrangeira	104.146	210.235
Total	<u>126.249</u>	<u>233.903</u>

5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo:		
Instrumentos financeiros equivalentes a caixa	3.335.815	2.938.829
Instrumentos financeiros derivativos	-	48.580
Demais instrumentos financeiros	696.618	-
Total	<u>4.032.433</u>	<u>2.987.409</u>
Passivo:		
Instrumentos financeiros derivativos	2.079	47.513
Total	<u>2.079</u>	<u>47.513</u>

a. Instrumentos financeiros equivalentes a caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o saldo de instrumentos financeiros equivalentes a caixa é composto pelos saldos de aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários apresentados a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações no mercado aberto	239.977	219.897
Títulos e valores mobiliários	3.095.838	2.718.932
Total	<u>3.335.815</u>	<u>2.938.829</u>

Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos de aplicações no mercado aberto é demonstrado abaixo:

	<u>Faixa de vencimento</u>		<u>Total</u>	
	<u>0 - 30</u>	<u>Acima de 180</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações no mercado aberto				
Aplicações em moeda estrangeira	213.543	-	213.543	219.881
Compromissadas lastreadas em Debêntures	25.416	16	25.432	16
Compromissadas	1.002	-	1.002	-
Total	<u>239.961</u>	<u>16</u>	<u>239.977</u>	<u>219.897</u>

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

Títulos e valores mobiliários

Composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos títulos e valores mobiliários classificados é demonstrado conforme abaixo:

	<u>31/12/2020</u>					<u>31/12/2019</u>	
	<u>Faixa de vencimento</u>			<u>Total</u>		<u>Total</u>	
	<u>0 - 30</u>	<u>181 - 365</u>	<u>Acima de 365</u>	<u>Valor de Mercado ⁽¹⁾</u>	<u>Valor de Custo ⁽¹⁾</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Valor de Custo</u>
Mantidos para Negociação							
Títulos públicos	-	-	11.067	11.067	11.067	114.271	114.271
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	81.264	81.264
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	11.067	11.067	11.067	-	-
Notas do Tesoura Nacional - NTN	-	-	-	-	-	33.007	33.007
Títulos privados	993	4.001	3.079.777	3.084.771	3.081.629	2.604.661	2.604.661
Cotas de fundos de investimento	-	-	3.000.689	3.000.689	2.997.611	1.941.649	1.941.649
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	4.001	1.842	5.843	5.836	134.714	134.714
Letras Financeiras - LF	-	-	31.017	31.017	31.017	497.542	497.542
Outros	993	-	46.229	47.222	47.165	30.756	30.756
Total	<u>993</u>	<u>4.001</u>	<u>3.090.844</u>	<u>3.095.838</u>	<u>3.092.696</u>	<u>2.718.932</u>	<u>2.718.932</u>

⁽¹⁾ O valor de mercado dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. As aplicações, por mais que os papéis possuam vencimentos acima de 90 dias, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sem nenhuma forma de restrição quanto a sua liquidação e são utilizadas como parte da gestão de caixa da Companhia.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

b. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos especulativos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos aos quais está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor dos passivos e/ou dos ativos expostos a riscos.

“Hedge” de risco de mercado

A Companhia, na ocasião da contratação de instrumento financeiro derivativo na modalidade de “swap”, designou-o como instrumento de “hedge” para a operação de empréstimo em dólares americanos no valor de US\$ 239.166 mil, equivalente a R\$ 1.000.000 na data de contratação, vencido e liquidado em 30 de agosto de 2019. Nesta mesma data, o saldo remanescente do empréstimo, no valor de US\$ 121.000 mil, foi renovado com vencimento programado para 27 de agosto de 2020, para a qual foi contratada uma nova operação de “swap” para proteção de risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxa de juros.

Os termos contratuais do contrato de empréstimo (conforme nota explicativa 12) e do “swap” foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Companhia) do “swap” e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Companhia), ambos ajustados pelo valor justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de “hedge”.

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumento derivativo, a Companhia utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de “hedge” são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem. O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A operação foi liquidada em 27 de agosto de 2020, em seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2019, a posição do contrato de “swap” refletia um valor justo a pagar de R\$ 13.480, conforme demonstrado abaixo:

		31/12/2020				31/12/2019	
		Valorização				Valor justo (Mercado)	Valor justo (Mercado)
Vencimento da Operação	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	MTM Ativo	MTM Passivo	Valor a Receber/(pagar)	Valor a Receber/(pagar)
27/08/2020	504.328	-	-	-	-	-	(13.480)

Até o encerramento da operação em 27 de agosto de 2020, a relação de “hedge” estabelecida pela Companhia foi eficaz, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do “hedge” foi registrada.

“Non Deliverable Forward - NDF”

Com objetivo de proteção cambial para a parcela remanescente dos “Bonds”, em 28 de junho de 2019, a Companhia contratou dois instrumentos “NDF” no valor de “nocial” de US\$ 53.500 mil cada, totalizando US\$ 107.000 mil, com taxa média futura de R\$ 3,89475 ambos com vigência a partir de 01 de julho de 2019 liquidados em 02 de janeiro de 2020.

Para manter a proteção cambial, a Companhia contratou um instrumento “NDF” no valor nocial de US\$ 98.000 mil com taxa futura de R\$ 4,0647 e vencimento em 01 de julho de 2020. O mesmo foi liquidado antecipadamente no dia 15 de junho de 2020 com ajuste positivo no valor de R\$ 107.151. No mesmo dia, a Companhia contratou novos instrumentos “NDF” no valor total nocial de US\$ 73.700 mil com datas de vencimento de acordo com o pagamento das parcelas semestrais de juros e principal “bullet” que vão de 13 de novembro de 2020 até 14 de novembro de 2022.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição dos instrumentos “NDF” refletia um valor justo a pagar de R\$ 2.079 (R\$ 14.547 a receber em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado abaixo:

Vencimento da Operação	31/12/2020		31/12/2019	
	Valorização		Valor justo (Mercado)	Valor justo (Mercado)
	Nocial R\$	Ponta Passiva	Valor a Receber/(pagar)	Valor a Receber/(pagar)
15/06/2020	-	-	-	14.547
14/05/2021	11.187	(52)	(52)	-
12/11/2021	11.343	(77)	(77)	-
13/05/2022	11.562	(79)	(79)	-
14/11/2022	362.400	(1.871)	(1.871)	-
Total	396.492	(2.079)	(2.079)	14.547

Em 13 de novembro de 2020, foi liquidado o primeiro contrato de NDF, em conjunto com a parcela de juros dos Bonds com ajuste positivo de R\$ 365 no resultado.

c. Demais instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos demais instrumentos financeiros é composto por títulos mantidos até o vencimento, apresentados a seguir:

	31/12/2020				31/12/2019	
	Faixa de vencimento				Total	
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Valor de Mercado	Valor de Custo
Mantido até o Vencimento						
Títulos públicos	-	-	-	84.567	84.567	84.000
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	84.567	84.567	84.000
Títulos privados	79.681	146.043	13.002	373.325	612.051	609.494
Letras Financeiras - LF	79.681	68.496	13.002	197.827	359.006	357.996
Títulos de renda fixa no exterior ¹	-	-	-	175.498	175.498	175.498
Outros	-	77.547	-	-	77.547	76.000
Total	79.681	146.043	13.002	457.892	696.618	693.494

⁽¹⁾ Como parte da estrutura criada para proteção da variação cambial dos “Bonds”, a Companhia contratou uma aplicação financeira em moeda estrangeira junto ao Banco do Brasil de Nova York no montante de US\$ 33.630 mil a uma taxa de remuneração de 3,15% a.a. com vencimento em 14 de novembro de 2022. Esta aplicação, em conjunto com as “NDFs” descritas no item anterior, protegem as oscilações decorrentes da variação cambial dos “Bonds”. Em novembro de 2020, ocorreu a amortização dos rendimentos auferidos desde o início da aplicação no montante de US\$ 436 ou R\$ 2.305.

O resultado obtido dos instrumentos financeiros está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

6 Fundo de investimento em direitos creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”) iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado. De 31 de julho de 2017 até atualização do regulamento em 03 de junho de 2019, o fundo não operou novas aquisições de recebíveis, voltando a operar com novas aquisições a partir desta data. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”) iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Em julho de 2020, a Companhia realizou o resgate da totalidade das cotas do FIDC Plus devido ao seu vencimento e realizou sua segunda emissão de cotas no mercado nacional no montante de R\$4.250.000. Em novembro de 2020, foi realizado o resgate da totalidade das cotas mezanino B do FIDC Plus no montante de R\$ 1.250.000.

Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Objetivo dos fundos

O FIDC Plus e o FIDC têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, assim como, aquisição de carteiras de crédito operacionalizadas por instituições financeiras parceiras no sistema de adquirencia Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Outras informações

Os rendimentos das cotas seniores II e mezanino B do FIDC Plus são pagos semestralmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezaninos, a partir de 120 dias de sua emissão, e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu às cotas seniores II o rating de risco “AAA”.

Os direitos creditórios do FIDC Plus são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério “*pro rata temporis*”. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

Cielo S.A.
*Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras*

	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC	57.285	41.324	41.324	-
FIDC Plus	150.280.030	4.851.136	1.809.674	3.041.462
Sênior	3.000.000	3.041.462	-	3.041.462
Subordinada	147.280.030	1.809.674	1.809.674	-
Total	150.337.315	4.892.460	1.850.998	3.041.462

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão assim demonstrados:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC	41.427	103	41.324	82.047	217	81.830
FIDC Plus	4.851.691	555	4.851.136	9.805.299	1.704	9.803.595
Total	4.893.118	658	4.892.460	9.887.346	1.921	9.885.425

As demonstrações de resultado dos fundos no semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são apresentadas a seguir:

	2º Semestre			Exercício		
	31/12/2020			31/12/2020		
	FIDC	FIDC Plus	Total	FIDC	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	6.085	180.367	186.452	13.417	522.494	535.911
Receitas financeiras	340	21.993	22.333	775	49.483	50.258
Despesas financeiras	-	(4.311)	(4.311)	-	(15.698)	(15.698)
Outras despesas operacionais	(15.808)	(479)	(16.287)	(29.698)	(1.085)	(30.783)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(9.383)	197.570	188.187	(15.506)	555.194	539.688
	2º Semestre			Exercício		
	31/12/2019			31/12/2019		
	FIDC	FIDC Plus	Total	FIDC	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	9.351	545.189	554.540	9.380	1.162.265	1.171.645
Receitas financeiras	108	6.762	6.870	159	13.169	13.328
Despesas financeiras	-	(553)	(553)	-	(1.228)	(1.228)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(4.972)	(405)	(5.377)	(5.129)	(71)	(5.200)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	4.487	550.993	555.480	4.410	1.174.135	1.178.545

7 Contas a receber operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Rendas a receber de transações de pagamentos	916.140	810.200
Contas a receber de emissores	70.211.977	72.192.036
Contas a receber de emissores (a)	69.984.534	71.758.516
Contestações de portadores de cartão de crédito – “chargeback” (b)	2.242	48.099
Valores a receber de transações financeiras processadas (c)	12.214	169.652
Valores a receber de intercâmbio de clientes (d)	165.161	157.511
Outros	47.826	58.258
Outras contas a receber operacionais	218.802	385.103
Provisão para créditos incobráveis (e)	(299.929)	(263.507)
Total	71.046.990	73.123.832
Circulante	71.024.592	73.095.955
Realizável a longo prazo	22.398	27.877
Total	71.046.990	73.123.832

- (a) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já líquidos das antecipações e cessões com bancos emissores. No 1º semestre de 2020, foram cedidos o total de R\$ 4.775.198 em recebíveis a um custo médio de 142,74% do DI. (R\$ 2.000.000 a um custo médio de 109,84% do DI em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, não há saldos de cessões em aberto.
- (b) Correspondem substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pelo Grupo nas respectivas datas de balanço (“chargeback”).
- (c) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada MerchantE. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela MerchantE até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à MerchantE os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (d) São representados pelos valores a receber referentes às taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- (e) Refere-se à provisão constituída a partir da expectativa de perdas esperadas e das operações já em atraso realizadas com estabelecimentos comerciais, sendo estas relacionadas a produtos e serviços prestados pela Companhia, assim como cobranças de cancelamentos e chargebacks, conforme apresentado na nota explicativa 26 – Gestão de riscos. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de ratings e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações

8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

a. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A seguir a reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social em relação à taxa nominal de referidos tributos para os semestres findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	2º Semestre	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	696.977	983.679	2.501.964
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(236.972)	(334.451)	(850.668)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	41.058	51.500	164.994
Benefício fiscal de P&D	2.235	4.946	10.928
Equivalência patrimonial	(25.366)	(44.512)	(25.494)
Ágio na aquisição de Investimento	(101)	(101)	(5.890)
Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores	-	-	10.197
Benefício Fiscal MerchantE ¹	20.272	20.272	-
Diferença de alíquota de Imposto de Renda EUA	(10.821)	(21.015)	(3.099)
Efeito prejuízo fiscal Stelo	(8.007)	(38.426)	(53.029)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	7.688	7.683	826
Imposto de renda e contribuição social	(210.014)	(354.104)	(751.235)
Correntes	(302.298)	(386.822)	(746.167)
Diferidos	92.284	32.718	(5.068)

Cielo S.A.
*Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras*

¹ Em 2020, houve ampliação do benefício fiscal aproveitado pela MerchantE, no montante de R\$ 17.969 (impacto não recorrente), oferecido pelo governo americano, que possibilitou a compensação de impostos retroativos aos últimos 5 anos para o prejuízo de 2020, com o objetivo de amenizar o impacto do COVID na economia americana (antes da aprovação deste benefício, as empresas só estavam autorizadas a compensar impostos referentes aos 2 últimos anos).

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, totalizaram R\$ 5.488 (R\$ 6.338 no Consolidado) em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 9.465 (R\$ 9.965 no consolidado) em 31 de dezembro de 2019.

b. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos – Ativo

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	607.681	603.176
Provisão para despesas diversas	296.783	304.067
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	93.678	93.678
Provisão para perdas com equipamentos de captura, créditos incobráveis e fraude	133.451	104.251
Total	1.131.593	1.105.172

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 430.234 serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela remanescente, no montante de R\$ 701.359, será realizada em um prazo superior a 12 meses e inclui os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação às provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente
Até 12 meses	316.348	113.885	430.234	418.841
Superior a 12 meses	515.705	185.654	701.359	682.787
Total	832.054	299.539	1.131.593	1.101.628

Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresa no exterior

	31/12/2020	31/12/2019
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	1.923	6.220
Total	1.923	6.220

c. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	460.650	425.013
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	21.606	25.678
Imposto Sobre Serviços - ISS	47.227	45.046
Programa de Integração Social - PIS	4.592	5.319
Outros tributos a recolher	15.919	14.085
Total	<u>549.994</u>	<u>515.140</u>

9 Investimentos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Em controladas	93.552	207.642
Em controladas em conjunto e coligadas	121.890	126.229
Ágio na aquisição adicional de participação	25.859	-
Total	<u>241.301</u>	<u>333.871</u>

Na consolidação das demonstrações financeiras, para as controladas diretas Multidisplay e Cielo USA, bem como para a controlada indireta M4Produtos, foram utilizadas as informações contábeis de 30 de novembro de 2020 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de doze meses findo em 30 de novembro de 2020.

As principais informações sobre as controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto (“*joint ventures*”) referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras estão demonstradas no quadro abaixo:

Cielo S.A.
*Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras*

	31/12/2020								31/12/2020		
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro Bruto	Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq. / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do Semestre	Equivalência patrimonial do exercício	Investimento
Controladas:											
Servinet	99,99	119.575	84.223	35.352	288.000	283.823	16.501	11.802	5.525	11.801	35.348
Multidisplay (i)	100,00	152.319	92.470	59.849	1.320.629	73.700	34.271	21.577	10.801	21.577	59.849
Braspag (v)	99,99	-	-	-	63.379	36.764	24.396	17.870	8.512	17.868	-
Cielo USA (ii) e (iv)	100,00	739.484	2.129.391	(1.389.907)	-	(159.708)	(256.909)	(277.792)	(136.479)	(180.648)	-
Aliança (iv)	99,99	197.974	7.713	190.261	8.648	8.883	(107.046)	(107.161)	38.494	365	(1.645)
Subtotal									(73.147)	(129.037)	93.552
Controladas em conjunto:											
Orizon (iii)	40,95	341.804	29.689	312.115	127.942	29.451	(10.060)	(4.459)	(1.416)	(1.825)	121.890
Paggo (ii)	50,00	130	339	(209)	-	-	(112)	(113)	(43)	(57)	-
Subtotal									(1.459)	(1.882)	121.890
Total									(74.606)	(130.919)	215.442

- (i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, no montante de R\$ 16.439.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2020, a Cielo USA e a Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para “Provisão para obrigação com investidas”.
- (iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (iv) O valor do investimento foi ajustado para contemplar o efeito da eliminação das investidas Stelo e MerchantE, consolidadas no Conglomerado Prudencial.
- (v) Em 30/09/2020, a Braspag foi incorporada pela Stelo, conforme descrito na nota explicativa 1 – Contexto operacional. Após a operação, a Cielo passou a deter 21,36% de participação direta no capital social da Stelo e passou a reconhecer equivalência patrimonial deste investimento.

Cielo S.A.
*Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras*

31/12/2019												
	% de Participação	Quantidade de ações (em milhares)		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	Lucro líq / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do exercício	Investimento
		Ordinárias	Preferenciais									
Controladas:												
Servinet	99,99	11.010	-	105.950	84.045	21.905	286.541	282.956	16.212	10.952	10.951	21.905
Multidisplay (i)	91,44	16	-	154.665	90.867	63.798	1.088.170	58.322	34.758	27.969	25.575	59.745
Braspag	99,99	621	-	62.383	29.383	33.000	52.004	29.929	18.114	12.197	12.196	33.000
Cielo USA (ii) e (iv)	100,00	1	-	825.540	1.687.306	(861.766)	-	(107.416)	(125.923)	(148.904)	(133.399)	-
Aliança	99,99	99.770	-	289.726	202.109	87.617	5.426	5.515	(122.902)	(122.720)	489	92.992
Subtotal											(84.188)	207.642
Controladas em conjunto:												
Orizon (iii)	40,95	151.865	-	355.641	33.031	322.610	149.774	50.805	16.243	22.550	9.234	126.229
Paggo (ii)	50,00	112.357	-	243	340	(97)	-	-	(56)	(56)	(28)	-
Subtotal											9.206	126.229
Total											(74.982)	333.871

- (i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2019, a Cielo USA e a Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para “Provisão para obrigação com investidas”.
- (iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (iv) O valor do investimento foi ajustado para contemplar o efeito da eliminação das investidas Stelo e MerchantE, consolidadas no Conglomerado Prudencial.

Aquisição de participação adicional – Multidisplay

Em 19 de novembro de 2020, ocorreu a conclusão da aquisição das ações representativas de 8,56% do capital da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A (“Multidisplay”) pela Cielo, passando a deter 100% de participação. A Companhia, em 29 de maio de 2020, formalizou sua concordância em relação ao montante de R\$ 29.797 para o Exercício de Opção de Venda da participação remanescente detida pelos sócios-fundadores da Multidisplay, após cálculo com base nas Demonstrações Financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2019, conforme opção prevista no acordo firmado em 04 de julho de 2016 acerca da aquisição da parcela complementar de 41,34% (quando a Companhia passou a deter 91,44% da Multidisplay).

Valor pago na data de fechamento (a)	29.797
(-) Patrimônio líquido contábil adquirido	(3.640)
Ágio em transações de capital entre sócios (b)	<u>26.157</u>

- (a) Contraprestação transferida mediante recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa.
(b) Saldo remanescente registrado como Ágio.

O ágio se sujeita à amortização linear de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de ágio é de R\$ 25.859. A amortização reconhecida em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ (297).

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	296.866
Constituição de provisão para obrigações com investidas (a)	133.428
Dividendos recebidos:	
Braspag	(20.673)
Multidisplay	(26.056)
Orizon	(2.060)
Servinet	(25.000)
Resultado com equivalência patrimonial	(74.982)
Integralização de capital – Aliança	73.114
Amortização de ágio	(17.323)
Outros efeitos no patrimônio líquido de controladas	(3.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	333.871
Constituição de provisão para obrigações com investidas (a)	177.436
Dividendos recebidos:	
Orizon	(2.124)
Braspag	(11.463)
Multidisplay	(25.500)
Resultado com equivalência patrimonial	(130.919)
Integralização de capital em controladas – AFAC (b)	(195.000)
Aporte em controladas	65.500
Aquisição de participação em controlada – Multidisplay (c)	29.797
Amortização de ágio	(297)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	241.301

- (a) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de “Provisão para obrigações com investidas”.
(b) Aumento de capital com a utilização de adiantamentos realizados ao decorrer de 2019.
(c) Conforme descrito na nota explicativa 1 em eventos societários, em novembro de 2020, a Cielo adquiriu a participação remanescente de 8,56% no capital social da Multidisplay no valor de R\$ 29.797. Essa transação resultou no reconhecimento de um ágio de expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 26.157.

10 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.859.106	(1.065.735)	793.371	729.946
Equipamentos de processamento de dados	20	300.174	(186.822)	113.352	66.761
Máquinas e equipamentos	10 - 20	46.762	(28.385)	18.377	14.642
Instalações	10	56.839	(28.752)	28.087	31.493
Móveis e utensílios	10	13.071	(7.089)	5.982	6.994
Veículos	20	1.664	(402)	1.262	1.478
Total		2.277.616	(1.317.185)	960.431	851.314

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	31/12/2019	Adições	(Baixas/Perdas) / Reversões Estimadas	(Depreciações)	Variação cambial	31/12/2020
Equipamentos de captura de transações	729.946	321.840	(43.161)	(215.312)	58	793.371
Equipamentos de processamento de dados	66.761	74.326	(197)	(29.188)	1.650	113.352
Máquinas e equipamentos	14.642	17.047	(11.472)	(4.701)	2.861	18.377
Instalações	31.493	2.541	-	(5.947)	-	28.087
Móveis e utensílios	6.994	496	(272)	(1.277)	41	5.982
Veículos	1.478	115	-	(331)	-	1.262
Total	851.314	416.365	(55.102)	(256.756)	4.610	960.431

	31/12/2018	Adições	(Baixas/Perdas) / Reversões estimadas	Depreciações	Variação cambial	31/12/2019
Total	548.049	532.066	(18.391)	(189.803)	(20.607)	851.314

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão contabilizadas no imobilizado perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 31.149 e R\$ 32.380, respectivamente.

11 Intangível

A composição analítica do intangível está apresentada a seguir:

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Exploração – Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(2.250.111)	9.321.889	9.707.622
Software (b)	6,66 - 20	1.327.880	(715.157)	612.723	518.609
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	424.490	(395.294)	29.196	206.447
Desenvolvimento de projetos (d)	20	68.568	(23.825)	44.743	71.879
Marcas (e)	10	73	-	73	73
Total		13.393.011	(3.384.387)	10.008.624	10.504.630

- (a) **Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Companhia e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento. Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do “Fluxo de Caixa Descontado”, os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R\$ 11.572.000 com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de

Cielo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

amortização são revisados anualmente.

- (b) **Software** - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e plataformas desenvolvidas internamente, que são utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da MerchantE, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias “Relief-from-Royalty” (a um “royalty fee” de 16%) e “Cost Approach - Third-party Cost Estimates”. A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 12 anos.
- (c) **Relacionamento com clientes:**
- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia “Income Approach” considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo “churn rate”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
 - **Subsídio na Venda de Solução de Captura** – Corresponde ao subsídio pago pela Companhia e sua controlada (Stelo) na venda de terminais de captura para estabelecimentos comerciais e representa a expectativa de rentabilidade futura com os clientes, a partir da aquisição do equipamento, sendo apropriado pelo prazo médio de vida útil estimado em 15 meses.
- (d) **Desenvolvimento de projetos** - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar a receita da Companhia e de suas controladas.
- (e) **Acordo de não competição**- Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company (“CB&T”), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “With and Without”, e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.
- (f) **Marcas (Cateno)** - avaliada pela metodologia “Relief-from-Royalty”, tendo como premissa a taxa de “royalty” de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da “Royalty Source Intellectual Property Database”, e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos semestres findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	31/12/2019	Adições	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	Varição cambial	31/12/2020
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	9.707.622	-	-	(385.733)	-	9.321.889
Software	518.609	265.117	(11.680)	(174.978)	15.655	612.723
Relacionamento com clientes	206.447	37.576	-	(214.827)	-	29.196
Desenvolvimento de projetos	71.879	5.006	(23.371)	(16.085)	7.314	44.743
Marcas	73	-	-	-	-	73
Total	10.504.630	307.699	(35.051)	(791.623)	22.969	10.008.624
	31/12/2018	Adições	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	Varição cambial	31/12/2019
Total	10.696.372	551.099	(723)	(770.852)	28.734	10.504.630

As despesas com depreciação e amortização de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

12 Obrigações por empréstimos e financiamentos

	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures privadas (a)	3.360.718	3.402.483
Debêntures públicas (b)	2.886.634	2.878.841
Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds” (d)	504.598	389.450
Financiamento de P&D	90.023	112.413
Capital de giro (c)	-	350.064
Empréstimo em moeda estrangeira - Operação 4131 (e)	-	483.420
Total	6.841.973	7.616.671
Circulante	40.214	917.685
Não circulante	6.801.759	6.698.986
Total	6.841.973	7.616.671

(a) **Debêntures Privadas**

Em 27 de fevereiro de 2015, a Companhia realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“DI”),

Cielo S.A.
*Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras*

conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

		Remuneração
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o “Comitê de Transição” ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas, estabelecendo seu saldo remanescente no montante de R\$2.237.125. Não existem cláusulas de “*covenants*” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(b) Debêntures Públicas

Em junho de 2019, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografia, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da ICVM 476. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000, com data de vencimento em 18 de junho de 2022. O montante foi integralmente destinado ao repêrfilamento de dívidas da companhia. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 103,8% da taxa média diária de juros dos DI. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão das debêntures (bancos, agência de *rating*, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

As debêntures públicas possuem “*covenants*” que obrigam a Companhia a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados trimestralmente.

(c) Capital de giro

A partir de março de 2019, a Companhia iniciou a captação de recursos para capital de giro por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram realizadas novas operações.

(d) Financiamentos de longo prazo - “*ten years bonds*”

Em novembro de 2012, a Companhia e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de “*bonds*” no valor total de US\$ 875 milhões, sendo US\$ 470 milhões emitidos pela Companhia e US\$ 405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da MerchantE. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal será pago em novembro de 2022. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses “*bonds*” (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de “*covenants*” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de “*bonds*”.

Em junho de 2019, ocorreu a recompra parcial dos “*Bonds*” da parcela emitida pela Companhia, no valor de US\$ 372,9 milhões, sendo o saldo devedor remanescente de US\$ 97,1 milhões na Controladora e US\$ 405 milhões na Cielo USA.

(e) Operação 4.131

A Companhia possui uma linha de crédito junto MUFG Bank, LTD para captação em dólar ao equivalente a R\$ 500.000. O contrato possui validade de um ano, podendo ser renovado a cada exercício. Em conjunto com o referido empréstimo, a Companhia contrata um *Swap* para proteção de oscilações relacionadas à variação cambial, sendo a ponta passiva equivalente à taxa média diária de juros dos DI.

Em 30 de agosto de 2019, foi renovada a operação junto ao MUFG Bank, LTD no valor de US\$ 121 milhões, equivalente a R\$ 504.328 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 2,135% ao ano para o período de 30/08/2019 à 27/02/2020 e 2,235% ao ano para período de 28/02/2020 até vencimento do contrato em 27/08/2020. Adicionalmente, a Companhia contratou *Swap* com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva, considerados todos os custos da operação, equivalentes a 104,15% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratados possuem datas de liquidação em 27/11/2019, 27/02/2020, 27/05/2020 e 27/08/2020, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo. Em 27 de agosto de 2020, houve a liquidação do contrato de empréstimo em moeda estrangeira (“*operação 4.131*”) no valor de US\$ 121.000 mil (R\$ 504.328). O instrumento derivativo *Swap*, que visava proteger o empréstimo em relação à oscilação da moeda estrangeira, também foi liquidada na mesma data.

A Companhia e suas controladas cumpriram os índices financeiros relacionados às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.298.568
Novas captações	18.488.596
Pagamento de principal	(17.182.343)
Variação cambial (principal e juros)	54.970
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	(1.863)
Juros provisionados e encargos apropriados	423.508
Juros pagos	(441.540)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(37.883)
Amortização de custos de emissão de dívidas	14.658
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>7.616.671</u>
Novas captações	6.097.196
Pagamento de principal	(7.143.479)
Variação cambial (principal e juros)	301.535
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	5.278
Juros provisionados e encargos apropriados	247.607
Juros pagos	(294.495)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(22.040)
Amortização de custos de emissão de dívidas	33.700
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>6.841.973</u>

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificado como não circulante em 31 de dezembro de 2020, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	
2022	3.427.355
2023	3.359.681
2024	22.556
Total de empréstimos e financiamentos	<u>6.809.592</u>
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(7.833)
Total	<u>6.801.759</u>

13 Outras obrigações - Diversas - Contas a pagar a clientes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a pagar a clientes (a)	61.584.758	63.036.018
Valores a liquidar a clientes (b)	49.065	201.943
Cauções de clientes (c)	131.221	125.392
Total	<u>61.765.044</u>	<u>63.363.353</u>

- (a) Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e de débito a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos emissores;
- (b) Representados por valores devidos pela controlada MerchantE a seus estabelecimentos comerciais, referentes às transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações;
- (c) A controlada MerchantE requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Companhia também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Companhia em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Companhia estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

14 Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como segue:

	31/12/2019	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2020
Tributárias	1.698.797	44.837	(34.927)	5.649	-	1.714.357
Cíveis	50.134	56.290	(29.117)	8.370	(31.615)	54.062
Trabalhistas	66.847	13.121	(10.061)	7.577	(16.699)	60.784
Total	1.815.778	114.248	(74.105)	21.596	(48.314)	1.829.203

	31/12/2018	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2019
Total	1.762.346	126.790	(54.827)	16.142	(34.673)	1.815.778

As adições correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

b. Depósitos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Tributários	1.554.496	136	-	1.554.632
Trabalhistas	28.366	4.468	(3.010)	29.824
Cíveis	4.104	5.603	(17.282)	(7.575)
Total	1.586.966	10.207	(20.292)	1.576.881

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2019</u>
Total	<u><u>1.624.563</u></u>	<u><u>19.053</u></u>	<u><u>(56.650)</u></u>	<u><u>1.586.966</u></u>

Processos tributários

A Companhia discute em juízo divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, materializadas em autos de infração, bem como a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Entre as teses que compõem a provisão para riscos tributários da Companhia, destacam-se a seguir:

- **Cofins - Regime não Cumulativo** - A Companhia, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS – com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos contribuintes –, a Companhia decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos. O mandado de segurança permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 31 de dezembro de 2020 e em 2019, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142.
- **ISS (LC 157/16)** - Em decorrência das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 157/2016 quanto ao local de recolhimento do ISS, e posteriormente suspensas por liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”), a Companhia constituiu provisão para riscos em relação ao suposto valor devido aos demais municípios da Federação durante o período de vigência da lei. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 24.453 e R\$ 23.757, respectivamente.

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e suas controladas.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem

sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas propostas por ex-empregados da Companhia e suas controladas e também por ex-empregados de seus fornecedores. Em geral, nestas ações são discutidos temas como a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

A probabilidade de perda das ações trabalhistas é avaliada a depender do teor do pedido, das provas apresentadas e do histórico de perda em ações similares. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a efetividade da provisão constituída com base nos processos encerrados.

As ações propostas por ex-empregados de fornecedores da Companhia são custeadas, via de regra, pelas próprias empresas que, por sua vez, também respondem pelos honorários advocatícios e demais despesas relacionadas aos processos, inclusive eventuais acordos ou condenações. Na eventualidade da Companhia e suas controladas realizarem pagamentos em razão destes processos, a Companhia tem processo interno de compensação ou reembolso destes valores perante as empresas terceirizadas.

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 60,29% de referidas provisões ocorrerá em até 5 anos, e 39,71% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia.

c. Passivos contingentes classificados como perdas possível

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	732.476	140.052
Cíveis	229.220	228.879
Trabalhistas	60.290	55.293
Total	<u>1.021.986</u>	<u>424.224</u>

A Companhia é parte em processos discutidos na esfera administrativa que, pela natureza de sua discussão e entendimento jurisprudencial sobre a matéria, não apresentam classificação do risco de perda como provável. As principais discussões estão elencadas abaixo:

- **Contribuição Previdenciária** - Em fevereiro de 2020, foi lavrado auto de infração contra a Companhia para exigir o recolhimento de Contribuição Previdenciária sobre valores distribuídos em 2015 a título de participação nos lucros dos colaboradores e das opções de compra de ações (“*Stock Options*”), no montante atualizado de R\$ 64.157. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como possível.
- **IRPJ/CSLL** - Em dezembro de 2020, foi lavrado auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de IRPJ/CSLL sobre valores supostamente excluídos de forma indevida, a título de juros sobre o capital próprio, da apuração do lucro real entre os anos de 2015 e 2016, no montante atualizado de R\$ 430.457. Com base na opinião dos

assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como possível.

- **PIS/Cofins** - Em dezembro de 2018, foi lavrado auto de infração contra a Companhia para exigir o recolhimento de PIS e Cofins à alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes da aquisição de recebíveis (“ARV”), relativamente aos anos-calendário 2014 e 2015, no montante atualizado de R\$ 713.438 (R\$ 693.637 em 31 de dezembro de 2019). Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como remota.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 5.700.000 em 31 de dezembro de 2019) representado por 2.716.815.061 (2.716.815.061 ações em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 é de 2.707.153.769 (2.712.719.487 ações em 31 de dezembro de 2019).

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os saldos relacionados a remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 67.529 (R\$ 65.658 em 31 de dezembro de 2019).

c. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações (“Programa”) com vigência de 02 de março a 10 de março de 2020, mediante o qual a Companhia adquiriu o total de 4.006.776 (quatro milhões, seis mil e setecentas e setenta e seis) ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, conforme detalhado no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, preparado na forma do Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480 divulgado nesta data.

Em reunião realizada em 24 de junho de 2020, o Conselho aprovou a abertura de novo programa de recompra de ações em complemento ao programa de recompra aprovado em 19 de fevereiro de 2020 (“Programa”) por meio do qual foram recompradas 2.595.332 (dois milhões e quinhentas e noventa e cinco mil e trezentas e trinta e duas) ações ordinárias no período de 25 de junho de 2020 a 03 de julho de 2020.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.095.574)	(56.198)	13,72
Venda em fevereiro	350.334	4.808	13,72
Venda em março	154.422	2.118	13,72
Recompra em março	(4.006.776)	(27.560)	6,88
Venda em abril	2.798	28	10,11
Recompra em julho	(2.595.332)	(12.653)	4,87
Venda em julho	528.836	4.642	8,78
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(9.661.292)	(84.815)	8,78

d. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior e benefícios pós emprego, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	31/12/2020	31/12/2019
Variação cambial sobre investimento no exterior	(220.850)	29.499
Benefício pós emprego, líquido	(2.917)	(16.783)
Total	(223.767)	12.716

e. Reserva de lucros - Legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.140.000 (R\$ 1.128.753 em 31 de dezembro de 2019).

f. Reserva de lucros - Orçamento de capital

Em reunião realizada em 26 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre e exercício social findos em 31 de dezembro de 2020, conforme recomendação do Comitê de Auditoria e a proposta de orçamento de capital para o ano de 2021. Em seguida, as referidas Demonstrações Financeiras e a proposta de orçamento de capital foram apreciadas pelo Conselho Fiscal, o qual opinou favoravelmente por sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

O orçamento de capital terá como finalidade o fortalecimento do capital de giro da Companhia, conferindo maior robustez e estabilidade financeira, com vistas (a) a viabilizar a expansão para o ano fiscal de 2021 do volume pago de forma antecipada em até dois dias aos estabelecimentos comerciais clientes da Cielo decorrente de transações de cartão de crédito à vista e a prazo capturados pela Companhia; e (b) à recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567. A reserva de orçamento de capital totaliza o montante de R\$ 2.891.907 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 2.579.326 em 31 de dezembro de 2019.

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2021 serão apreciados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 23 de abril de 2021.

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em reuniões realizadas em 20 de dezembro de 2019 e 27 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio referentes ao 4º trimestre de 2019, no montante de R\$ 81.276, que foram pagos em 13 de fevereiro de 2020. Os proventos deliberados, líquidos da retenção de impostos, representam 30% do lucro líquido, após a constituição de reserva legal, do 4º trimestre de 2019.

Em reunião realizada em 28 de abril de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alteração da periodicidade no pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio do exercício de 2020, de trimestral para anual, e, por consequência, suspender, até 31 de dezembro de 2020, a aplicação do item 3.1 da Política de Proventos da Companhia, que rege sobre a distribuição trimestral de proventos. Esta mudança se justifica por estar em linha com a estratégia de preservação e gestão de caixa adotada pela Companhia desde o início do surto de COVID-19.

Em reuniões realizadas em 22 de dezembro de 2020 e 26 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 151.470, e de dividendos, no montante de R\$ 14.951, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 166.421 (líquido da retenção do imposto de renda corresponde a 30% do lucro líquido após a constituição da reserva legal), que serão pagos em 17 de fevereiro de 2021. Os proventos serão distribuídos com base na posição acionária de 29 de dezembro de 2020 para os juros sobre o capital próprio e 01 de fevereiro de 2021 para os dividendos.

h. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

16 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2019	2.712.719.487
Exercício de opção de compra de ações:	
Fevereiro	350.334
Março	154.422
Abril	2.798
Julho	528.836
Recompra de ações – Março	(4.006.776)
Recompra de ações – Julho	(2.595.332)
Total	<u>2.707.153.769</u>

b. Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	2º Semestre	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	486.963	629.575	1.750.729
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.713.406	2.709.907	2.712.719
Lucro por ação (em R\$) - Básico	<u>0,17947</u>	<u>0,23232</u>	<u>0,64538</u>

Lucro por ação diluído

	2º Semestre	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	486.963	629.575	1.750.729
Denominador diluído:			
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.713.406	2.709.907	2.712.719
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	2.539	8.442	3.984
Total (em milhares)	2.715.945	2.718.349	2.716.703
Lucro por ação (em R\$) - diluído	<u>0,17930</u>	<u>0,23160</u>	<u>0,64443</u>

17 Receita operacional líquida

	2º semestre/20	Exercício/20	Exercício/19
Receita operacional bruta	5.693.890	10.644.157	11.137.351
Impostos sobre serviços	(481.197)	(885.815)	(972.083)
Total	<u>5.212.693</u>	<u>9.758.342</u>	<u>10.165.268</u>

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard e do aluguel de equipamentos de captura.

18 Despesas por natureza

O Conglomerado Prudencial optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	2º Semestre/20	Exercício/20	Exercício/19
Despesas com pessoal	(377.627)	(736.256)	(668.185)
Depreciações e amortizações	(498.625)	(1.048.676)	(960.655)
Serviços profissionais	(346.431)	(655.230)	(610.878)
Gastos com aquisição (a)	(2.908.540)	(5.605.034)	(5.432.034)
Vendas e marketing (b)	(276.743)	(580.234)	(544.047)
Custo com créditos de celulares em controladas	(1.527)	(2.985)	(3.364)
Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS (c)	(99.712)	(217.429)	(16.893)
Total	(4.509.205)	(8.845.843)	(8.236.056)
Classificadas como:			
Custo dos serviços prestados	(3.386.672)	(6.600.955)	(6.081.928)
Despesas com pessoal	(254.267)	(497.547)	(465.342)
Despesas gerais e administrativas	(386.662)	(753.324)	(669.578)
Vendas e marketing	(170.137)	(372.753)	(544.047)
Outras despesas operacionais, líquidas	(311.468)	(621.264)	(475.162)
Total	(4.509.205)	(8.845.843)	(8.236.056)

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de vendas, marketing e afiliação de clientes incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, ações comerciais para novos credenciamentos de clientes e serviços de captação, afiliação e credenciamento de cliente.
- (c) No 2º trimestre de 2020, na rubrica de “Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS”, foi contabilizado o saldo residual de incentivos aos bancos de R\$ 27.384, após a conclusão do processo de revisão por empresa especializada dos valores apurados de 2019, em decorrência de acordos comerciais e contratos com clientes pulverizados, acordados entre 1º de janeiro de 2018 e o encerramento dos contratos em 31 de dezembro de 2019, e da retenção de verba para ações de vendas que não foram efetivamente usadas, ambos que impactaram a apuração dos montantes devidos. Adicionalmente, na rubrica de “Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS”, consta provisão para perdas operacionais e créditos incobráveis, cujo detalhe está demonstrado na nota explicativa 19 – Outras despesas operacionais, líquidas.

19 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	2º Semestre/20	Exercício/20	Exercício/19
Perdas com créditos incobráveis, <i>chargeback</i> e fraude (a)	(234.596)	(511.323)	(388.786)
Provisão para risco, líquida (b)	(38.176)	(59.074)	(79.977)
Baixas de provisões e (reversões) para perdas do imobilizado (c)	(70.490)	(85.820)	(16.041)
Outras	31.793	34.953	9.642
Total	(311.469)	(621.264)	(475.162)

- (a) Correspondem às perdas com carteira de cobrança representada principalmente por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, às perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais, e a *chargeback* de clientes. No exercício de 2020, a controlada Cateno incorreu em perdas operacionais no montante de R\$ 208.476 (R\$ 65.352 em 2019), o que é reflexo das contestações em um cenário de crescente expansão do volume capturado por meio de canais digitais, potencializado pela pandemia da COVID-19 (ações preventivas, detectivas e corretivas foram implementadas pela Cateno em conjunto com seus clientes, notadamente o Banco do Brasil, para reverter a tendência). Adicionalmente, em 2020, a Controladora vendeu uma carteira de clientes inadimplentes (créditos incobráveis já apropriados para perda em períodos anteriores) por R\$ 17.996, incorreu em perda operacional, no montante de R\$ 24.897, cujas medidas corretivas já foram implementadas para impedir novos eventos dessa natureza e registrou o incremento de provisão para créditos incobráveis decorrentes dos efeitos da pandemia de COVID19 (complemento de R\$ 6.802), eventos esses considerados como não recorrentes.
- (b) Montantes substancialmente decorrentes de perdas/baixas de equipamentos de captura (em 2020, houveram eventos não recorrentes de perdas com terminais de captura no montante de R\$ 42.800).
- (c) No exercício de 2020, houve o registro do ressarcimento de gastos do Arranjo Ourocard à controlada Cateno de R\$ 29.907, conforme acordo contratual entre Cateno e o Banco do Brasil S.A (evento não recorrente).

20 Compromissos

A Companhia tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito. Para viabilizar tais atividades, a Companhia celebrou os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2020, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Até 1 ano	13.425
De 1 ano a 5 anos	39.156
Total	<u>52.581</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e “back office”

Em 31 de dezembro de 2020, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, “back office” e televidas são os seguintes:

Até 1 ano	313.188
De 1 ano a 5 anos	409.963
Total	<u>723.151</u>

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e “back office” não preveem multa rescisória.

21 Benefícios a empregados

Benefício pós-emprego

A Companhia possui um passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$12.360 (R\$ 28.993 em 31 de dezembro de 2019).

As taxas utilizadas no exercício foram: taxa de desconto nominal de 4,33% a.a., com índice de inflação de 3% a.a., gerando uma rotatividade esperada de 23% a.a. e aposentadoria aos 60 anos.

Previdência Complementar

A Companhia e sua controlada Stelo contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em despesas de contribuições no montante de R\$ 6.076 (R\$ 8.268 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Companhia e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional e plano de incentivo de longo prazo cujo montante dessas despesas, totalizou R\$49.447 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$50.041 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Companhia, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, *e-learning*s, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

22 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Companhia e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram registrados conforme abaixo:

	2º Semestre /20		Exercício/20		Exercício/19	
Colaboradores	38.598	77.106	67.965	77.106	67.965	67.965
Diretores estatutários	5.379	12.004	15.606	12.004	15.606	15.606
Total	43.977	89.110	83.571	89.110	83.571	83.571

23 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos exercícios da Companhia são como seguem:

	2º Semestre/20			Exercício/20			Exercício/19		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	3.917	5.653	9.570	8.480	13.918	22.398	8.232	15.340	23.572
Conselho de administração	1.419	-	1.419	2.833	-	2.833	2.776	-	2.776
Total	5.336	5.653	10.989	11.313	13.918	25.231	11.008	15.340	26.348

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 24).

A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração, inclusive comitês de assessoramento) e Conselho Fiscal para o exercício de 2020, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de julho de 2020, é de R\$52.307 (R\$ 49.000 para o exercício de 2019), já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual aprovada para o exercício de 2020 foi de R\$677 (R\$601 para o exercício de 2019).

24 Plano de ações restritas

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou alterações no plano, com a introdução da possibilidade dos elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos.

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015, foi aprovada a outorga exclusiva em ações restritas para o ano de 2015, sem alteração no Plano vigente. Essa decisão foi mantida para as outorgas dos anos subsequentes.

Em 18 de abril de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de Concessão de Ações Restritas, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Os programas são apropriados no resultado do período em contrapartida à reserva de capital de acordo com os prazos e condições pré-estabelecidas em cada plano. Na ocorrência de prescrições/cancelamentos de ações, é realizado o estorno no período em que ocorrer no montante equivalente ao total apropriado durante andamento do plano.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição dos planos de ações restritas é a seguinte:

Programa	Status	Quantidade de ações				Período da Outorga	Valor por ação na Outorga em R\$	Valor Justo por ação em R\$
		Outorgadas	Canceladas	Exercidas	A Exercer			
Ações Restritas 2018	Ativo	901.988	(316.725)	(476.694)	108.569	Julho de 2018	17,07	17,07
Ações Restritas 2019	Ativo	2.419.297	(658.332)	(254.067)	1.506.898	Julho de 2019	6,73	6,73
Ações Restritas 2020	Ativo	5.042.968	(698.705)	-	4.344.263	Julho de 2020	3,94	3,94
Sócio Cielo 2018	Ativo	437.187	(165.502)	(229.968)	41.717	Março de 2018	25,32	25,32
Sócio Cielo 2019	Ativo	995.372	(347.876)	(361.717)	285.779	Março de 2019	10,89	10,89
Sócio Cielo 2020	Ativo	2.898.458	(743.262)	-	2.155.196	Março de 2020	7,12	7,12
Total de Ações	***	12.695.270	(2.930.402)	(1.322.446)	8.442.422	***	***	***

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi apropriado no resultado o valor líquido dos encargos de R\$ 13.468 (R\$ 11.612 em 31 de dezembro de 2019), sendo a parcela de diretores estatutários corresponde ao valor de R\$ 4.215 (R\$ 9.039 em 31 de dezembro de 2019), com um total de 1.036.390 (1.026.925 em 31 de dezembro de 2019) de ações exercidas entre celetistas (CLT) e estatutários. A movimentação líquida registrada na rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, totalizou R\$ 1.871 (R\$ 5.597 em 31 de dezembro 2019).

25 Resultado financeiro

	<u>2º Semestre/20</u>	<u>Exercício/20</u>	<u>Exercício/19</u>
Receitas financeiras:			
Rendimentos de aplicações financeiras	81.054	156.012	159.214
Outras receitas financeiras	3.087	5.673	28.844
PIS e Cofins (b)	(3.440)	(5.918)	(7.560)
Total	<u>80.701</u>	<u>155.767</u>	<u>180.498</u>
Despesas financeiras:			
Juros e encargos sobre empréstimos	(88.058)	(274.030)	(496.050)
Participação de terceiros em fundos de investimentos	(58.655)	(95.195)	(125.182)
Juros sobre provisões para contingências	(9.019)	(22.158)	(16.704)
Outras despesas financeiras	(11.217)	(39.230)	(40.775)
Total	<u>(166.949)</u>	<u>(430.613)</u>	<u>(678.711)</u>
Rendimento FIDCs:			
Aquisição de recebíveis (a)	178.339	513.812	1.162.873
Outros direitos creditórios	6.086	13.417	9.380
PIS e Cofins (b)	(6.031)	(20.699)	(49.239)
Total	<u>178.394</u>	<u>506.530</u>	<u>1.123.014</u>
Varição cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquidos	(24.051)	(29.585)	22.933
Total	<u>68.095</u>	<u>202.099</u>	<u>647.734</u>

- (a) O saldo corresponde à aquisição de recebíveis líquida do ajuste “*pro rata temporis*”, composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelo FIDC Plus, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.
- (b) Despesas de PIS e Cofins sobre receitas financeiras auferidas pela Companhia, sob às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de “Receitas Financeiras” e “Aquisição de Recebíveis”, na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.

26 Gestão de riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular BACEN nº 3.681/13.

a. Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

O Grupo adota o conceito de 3 (três) linhas de defesa para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, sendo a 1ª linha representada pela atuação dos gestores das áreas de negócio e suporte, que asseguram a gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas; a 2ª linha representada pela Diretoria de Riscos, Compliance, Prevenção e Segurança, que atua de forma consultiva e independente no gerenciamento dos riscos, compliance, prevenção à fraudes, prevenção à lavagem de dinheiro, gestão da continuidade de negócios, segurança da informação, privacidade e proteção de dados, gestão de crises e ambiente de controle, com reporte à Presidência e ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Riscos; e, por fim, a 3ª linha de defesa, representada pela Auditoria Interna, que fornece opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e a governança corporativa.

A Companhia mantém políticas, processos, procedimentos e controles atualizados e robustos para reduzir, controlar e monitorar a sua exposição a riscos, de modo a gerenciá-los e mantê-los dentro dos patamares aceitáveis para atingir seus objetivos de negócio e operacionais. Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura de gestão de riscos do Grupo, bem como sobre os fatores de riscos e as ações e controles preventivos e mitigatórios, podem ser encontradas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos e no item 4.1 do Formulário de Referência, ambos documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Companhia (<https://ri.cielo.com.br/>).

b. Gestão de risco de Crédito

A Companhia possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais registrados nas rubricas de disponibilidades, instrumentos financeiros, incluindo derivativos, rendas a receber e contas a receber com bancos emissores, conforme segue:

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Disponibilidades	4	126.249	233.903
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	4.030.354	2.939.896
Rendas a receber	7	916.140	810.200
Contas a receber com bancos emissores	7	70.211.977	72.192.036
Total		<u>75.284.720</u>	<u>76.176.035</u>

Risco de Crédito da Contraparte – Risco Emissor

Nas operações de aquisição, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Cielo dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que, então, possa ser efetuado o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Os bancos emissores de cartão podem vir a descumprir com suas obrigações financeiras devido à falta de liquidez, falha operacional, inadimplência do portador de cartão, regimes concursais ou outras razões, situações em que a Cielo pode ser responsabilizada a efetuar o pagamento dos recebíveis aos estabelecimentos comerciais sem o recebimento dos valores pelo banco emissor. Tais riscos podem ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartões e aos credenciadores, sendo que a Companhia avalia e gerencia tais riscos, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão conforme o modelo.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Companhia solicita garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessário para a cobertura de seu risco de crédito. Para avaliação do risco e consequente definição das garantias necessárias, são atribuídos aos emissores um rating interno.

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição da Cielo junto aos emissores está demonstrada a seguir:

<u>Rating interno dos emissores</u>	<u>Exigência de Garantia</u>	<u>Exposição total em 31.12.2020</u>	<u>% de Garantia em relação à exposição</u>	<u>Exposição total em 31.12.2019</u>	<u>% de Garantia em relação à exposição</u>
Grupo 1	Não	97,8%	-	95,2%	-
Grupo 2	Sim	2,2%	49%*	4,8%	22%*
Total do Contas a receber com bancos emissores		100%		100%	

**Parte da exposição é oriunda da limitação do instituidor do arranjo em solicitar garantia ao emissor.*

Os 5 maiores bancos emissores, classificados no Grupo 1, concentraram 77,5% do contas a receber com bancos emissores e são representados pelas principais instituições financeiras do país, que possuem rígidos processos de monitoramento e controles e sólida posição econômico-financeira. Para os emissores classificados no Grupo 1, que dispensam a exigência de garantia, há um monitoramento intensivo sobre as transações e os riscos expostos, podendo haver revisão do rating interno e solicitação de garantias se identificados indícios de aumento do risco de crédito. As garantias podem ser exigidas ou dispensadas a depender do volume transacionado, do porte e do regulamento das bandeiras e dos emissores.

A Lei nº 14.031/2020 estabelece que os recursos recebidos pelos participantes nos arranjos de pagamento devem ser destinados para o cumprimento da obrigação de liquidação das transações ao qual se vinculem, entre outros aspectos. Tais alterações promovidas na Lei nº 12.865/2013 ainda não se encontram refletidas nos regulamentos dos arranjos de pagamento quando da divulgação destas Demonstrações Financeiras de modo que, a depender do regulamento do arranjo, os credenciadores poderiam, em tese, vir a serem responsabilizados pelo inadimplemento de obrigações de terceiros.

Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos

Em sua operação, a Companhia também pode vir a ter risco com Subcredenciadores, com os quais mantém relação comercial, a depender da regra estabelecida por cada bandeira com relação às responsabilidades aplicáveis aos Subcredenciadores, bem como de eventuais decisões judiciais, caso os Subcredenciadores não realizem a liquidação financeira dos valores transacionados pelos estabelecimentos comerciais a eles vinculados. A Companhia adota procedimento de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Companhia. Ademais, a Companhia pode, conforme análise de risco realizada, solicitar garantias como fiança bancária e títulos públicos.

Ressalta-se que a Lei nº 14.031/20 também é aplicável aos Subcredenciadores, na qualidade de participante dos arranjos de pagamentos, os quais devem cumprir, além de outras obrigações, a segregação do fluxo de pagamento.

Diante da crise instalada pela pandemia COVID-19, a partir do 2º trimestre de 2020, a Companhia passou a adotar critérios mais rigorosos no monitoramento dos subcredenciadores, bem como em relação à estratégia de relacionamento, incluindo: restrições para antecipação dos recebíveis, comprovação de liquidação para os estabelecimentos clientes dos subcredenciadores e novos modelos de garantias.

A representatividade dos subcredenciadores sobre o volume transacionado no sistema Cielo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 corresponde a 5,4% e 7,5%, respectivamente.

Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras. Caso estes clientes parem de transacionar no sistema Cielo, eventualmente não haverá saldo em suas agendas para a cobrança dos produtos e serviços contratados. Caso a Cielo não consiga efetuar a cobrança de outra forma (como, por exemplo, por meio de boleto bancário), poderá haver perdas para a Cielo relacionadas ao não pagamento de produtos e serviços.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para créditos incobráveis totalizava R\$ 277.701 no individual e R\$ 304.582 no Consolidado (em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R\$ 245.948 no individual e R\$ 267.705 no Consolidado).

Risco de Crédito de Clientes – Chargeback e Vendas diferidas

Os clientes da Companhia devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais, que realizam o pagamento das transações por meio de cartão de crédito ou débito. Em situações de inadimplemento por parte dos clientes da Companhia na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por

parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial ou (ii) chargeback, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão. Nos dois casos, os valores devolvidos ao portador final são debitados, pela credenciadora, diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial. No caso do cancelamento, se a agenda financeira do estabelecimento comercial não tiver saldo suficiente, este, via de regra, não é acatado.

Caso a Companhia não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial (independentemente do motivo), ou por meio de outra forma de cobrança (exemplo boleto), o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Historicamente, os cancelamentos e *chargebacks* ocorrem com mais frequência nas transações em estabelecimentos comerciais que realizam vendas com cartão não presente, que inclui as diferidas, quando o serviço ou produto não é consumido instantaneamente, mas sim em um momento posterior ao da compra. Esse tipo de transação acontece tipicamente em setores como turismo e entretenimento, que incluem as companhias aéreas, ou ainda em vendas por meios de canais eletrônicos (*e-commerces*), sendo que a exposição a essas potenciais perdas derivadas de estornos aumenta na medida em que a Companhia fornece soluções de aquisição de recebíveis ou pagamento em ciclo reduzido a esses estabelecimentos.

A crise iniciada pela pandemia da COVID-19 afetou severamente os setores de turismo e entretenimento, que incluem as companhias aéreas, potencializando os riscos mencionados, em especial em decorrência da edição de medidas provisórias, já convertidas em lei, que prologam os prazos aplicáveis a cancelamentos e *chargebacks* que, atrelado à redução da agenda financeira destes clientes, pode impossibilitar ou reduzir o débito dos *chargebacks* nas agendas.

Como ações adicionais para fazer frente ao aumento da exposição, a Cielo intensificou o monitoramento, os procedimentos de análise de risco e restringiu as operações de antecipações de recebíveis, bem como o pagamento dos recebíveis em ciclo diminuído, na tentativa de manter a agenda pelo maior tempo possível.

A representatividade dos clientes em relação ao volume total de transações e o índice de *chargeback* no exercício de 2020 e de 2019 estão demonstrados a seguir:

	Exercício/2020		Exercício/2019	
	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> ³	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> ³
Turismo e Entretenimento, incluindo companhias aéreas (tipicamente com vendas diferidas)	4,5%	0,80%	9,7%	0,56%
E-commerce (sem Turismo e Entretenimento)	13,7%	0,93%	9,9%	1,06%
Bens duráveis e semiduráveis ¹	21,5%	0,04%	22,3%	0,05%
Bens não duráveis ²	34,9%	0,01%	32,8%	0,01%
Serviços e outros	25,4%	0,07%	25,3%	0,10%
Total	100,0%	0,19%	100,0%	0,20%

¹Bens duráveis e semiduráveis: segmento de clientes da Cielo de vestuário, móveis, eletrodomésticos, lojas de departamento, materiais para construção, entre outros.

²Bens não duráveis: Supermercados e hipermercados, drogarias e farmácias, postos de combustível, entre outros.

³Valor de *chargeback* em relação ao volume transacionado.

c. Gestão de Riscos Operacionais

A Companhia possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas na autorização das transações de pagamento, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou

administrativos, entre outros. Para referidos riscos, a Companhia adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Circular Bacen nº 3.681/2013 e Resolução nº 2.554/1998.

Em relação ao risco de fraude das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, a Companhia utiliza um sistema antifraude que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades regulares, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelas disponibilidades e instrumentos financeiros, incluindo derivativos).

O patrimônio líquido mínimo aplicável à Cielo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota explicativa 15). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

e. Gestão de Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O índice de endividamento no fim do exercício de relatório é o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	126.249	233.903
Dívida (a)	(6.841.973)	(7.616.671)
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos (b)	4.030.354	2.939.896
Dívida líquida	(2.685.370)	(4.442.872)
Patrimônio líquido (c)	12.605.712	13.098.526
Índice de endividamento líquido	21,30%	33,92%

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 12.

(b) Instrumentos financeiros derivativos compreende a posição do contrato de “swap” e de “NDF”, mencionados na nota explicativa 5.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

f. Gestão de Risco de Mercado

Risco de taxa de câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo.

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Companhia é feita em moeda estrangeira) e por empréstimos e financiamentos. A Companhia dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas que consistem na pré-venda dos dólares norte-americanos, em estruturas de *hedge* e na contratação de derivativos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Em 31 de agosto de 2012, a Companhia adquiriu o controle da MerchantE, por meio da “holding” Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas em sua moeda funcional, o dólar norte-americano. O resultado de variação cambial sobre esses investimentos em 31 de dezembro de 2020 totalizou uma perda de R\$ 250.349 (uma perda de R\$ 30.123 em 31 de dezembro de 2019), reconhecida no resultado abrangente, diretamente no patrimônio líquido.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	31/12/2020			31/12/2019		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado (a)	6.363	15.907	31.815	3.909	9.772	19.544
Patrimônio Líquido (b)	138.999	347.483	694.967	86.183	215.447	430.893

(a) Cenário de exposição no resultado sobre estrutura de hedge *Bonds*.

(b) Cenário sobre investimento em controlada no exterior.

Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados do Grupo estão suscetíveis a variações decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, o Grupo aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	31/12/2020			31/12/2019		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	(9.181)	(22.592)	(45.905)	(21.237)	(53.091)	(106.182)

27 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Companhia e suas controladas operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) detêm participação acionária, bem como serviços financeiros contratados com os bancos acionistas e despesas e receitas com serviços prestados pelas controladas diretas, indiretas e fundos de investimento.

A Companhia e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Companhia faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Companhia e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“*arm’s-length basis*”).

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Companhia e suas controladas participam, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	31/12/2020				31/12/2019	
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)	Total	Total
Ativos (Passivos):						
Disponibilidades e instrumentos financeiros (a)	181.439	-	-	-	181.439	80.998
Contas a receber de emissores (b)	20.808.077	-	-	-	20.808.077	23.175.115
Obrigações por empréstimos (c)	(3.360.718)	-	-	-	(3.360.718)	(3.402.483)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(20.356)	-	-	-	(20.356)	-
Contas a receber com partes relacionadas (d)	29.907	2.287	843	-	33.037	454.570
Contas a pagar com partes relacionadas (e)	-	(98.256)	(72.018)	-	(170.274)	(654.510)
	31/12/2020				31/12/2019	
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)	Total	Total
Receitas:						
Receitas de aplicações financeiras (a)	42.192	-	-	-	42.192	74.111
Receitas de prestação de outros serviços (f)	38.647	-	-	750	39.397	54.451
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	72.938	-	-	-	72.938	84.196
Despesas:						
Despesas financeiras (c)	(127.491)	-	-	-	(127.491)	(276.511)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (l)	(462)	-	-	-	(462)	(4.664)
Prestação de serviços de processamento de dados (h)	-	(28.517)	-	-	(28.517)	(18.657)
Outras despesas operacionais (i)	(34.339)	-	-	-	(34.339)	(44.280)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet e Aliança (j)	-	(345.093)	-	-	(345.093)	(339.756)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (k)	(28.580)	-	-	-	(28.580)	(28.657)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(131.336)	-	-	-	(131.336)	-
Saldo residual de incentivos a bancos domicílio 2019 (n)	(27.384)	-	-	-	(27.384)	-

As partes relacionadas são compostas por: (i) Banco Bradesco e Banco do Brasil; (ii) Servinet, Multidisplay, Braspag, e Aliança; (iii) M4Produtos; (iv) FIC, FIDC e FIDC Plus.

(a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram

realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.

- (b) Os valores a receber de bancos emissores se referem aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Companhia decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Companhia aos estabelecimentos credenciados
- (c) Correspondem aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas mantidos pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil (vide nota explicativa 12).
- (d) Corresponde, principalmente, ao reembolso do excedente de gastos da Cateno, conforme teto anual baseado em um percentual sobre o volume capturado, no montante de R\$ 29.907, de acordo com o contrato firmado com o Banco do Brasil.
- (e) Corresponde, principalmente, aos valores de transações de cartões de débito e crédito e de recargas de celulares capturadas pela Companhia e que serão repassadas à controlada direta (Multidisplay).
- (f) Correspondem a: (i) serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Companhia aos bancos acionistas; (ii) comissão sobre processamento de transações para a M4Produtos e Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àquelas praticadas com outros bancos emissores e no mercado em geral.
- (g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto aos bancos controladores, que sublocam os equipamentos para seus clientes.
- (h) Refere-se a serviços de processamento de dados, desenvolvimento e licenciamento de software prestados pela Braspag e Stelo.
- (i) Corresponde a: (i) serviços contratados com bancos acionistas (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência privada); e (ii) serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos. A Companhia entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (j) Prestação de serviços pelas controladas Servinet e Aliança de prospecção de credenciamento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet e Aliança quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (k) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.
- (l) Comissão de Afiliação, corresponde a despesa junto aos bancos parceiros a título de incentivo aos credenciamentos de novos clientes realizados nos pontos de venda dessas instituições no período.
- (m) Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes contratados a partir de 1º de janeiro de 2020 junto aos bancos controladores Banco do Brasil e Bradesco. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a apuração da remuneração por esses serviços foi de R\$ 149.336, sendo que do valor apurado de R\$ 18.000 não foram pagos e foram destinados a ações promocionais definidas em mútuo acordo e de interesse entre as partes.
- (n) No 2º trimestre de 2020, foi reconhecido um complemento residual de incentivos aos bancos de R\$ 27.384 (evento não recorrente), após um processo de revisão por empresa especializada da apuração dos contratos encerrados de 2019.

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores referem-se aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Companhia decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Companhia aos estabelecimentos credenciados.

Incentivos a bancos domicílio

Até 2019, a Companhia tinha contratos com o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. que visavam incrementar o volume de transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Companhia e cuja liquidação era feita em contas correntes mantidas pelos estabelecimentos credenciados à Companhia junto aos respectivos bancos. A partir da apuração mensal do volume de tais transações, a Companhia destinava um valor ao seu parceiro, como forma de incentivo.

No 2º trimestre de 2020, concluiu-se o processo de revisão por empresa especializada dos incentivos apurados de 2019, em decorrência de acordos comerciais e contratos com clientes pulverizados acordados entre 1º de janeiro de 2018 e o encerramento dos contratos em 31 de dezembro de 2019 e da retenção de verba para ações de vendas que não foram efetivamente

usadas, ambos que impactaram a apuração dos montantes devidos, resultando em um saldo residual de incentivos de R\$ 27.384 referentes a anos anteriores, registrados em 2020.

Serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de Estabelecimentos

A partir de 1º de janeiro de 2020, a Companhia celebrou memorando de entendimento vinculantes, separadamente, junto ao Banco Bradesco S.A. e ao Banco do Brasil S.A. para a prestação de serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de estabelecimentos comerciais, conforme Comunicação sobre Transações com Parte Relacionada divulgada ao mercado em 30 de dezembro de 2020, nos termos do Anexo 30-XXXIII da Instrução CVM 480, disponível no site da Cielo. O objetivo de referido serviço é de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus a uma remuneração de 10 pontos base sobre o volume elegível. O volume elegível inclui o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.

Cessão da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Companhia detém contratos de cessão de valores vincendos, referentes aos pagamentos que o banco acionista, no papel de emissor, deve fazer à Companhia em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco, na qualidade de portadores de cartões de crédito. Essas operações de cessão são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta corrente são líquidos das taxas de cessão, “pro rata temporis”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Companhia.

Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Aquisição de Recebíveis (ARV) - Controladas

As Controladas Stelo, Multidisplay e M4Produtos realizam a antecipação de valores vincendos, referentes aos pagamentos que a Companhia deve fazer a estas Controladas em razão das transações de cartões de crédito capturadas e processadas pela Companhia. Essas operações são realizadas com o FIDC Plus com o objetivo de geração de capital de giro de curto prazo.

Contrato para sistema antifraude

A Companhia tem contrato com o Banco Bradesco S.A. e com o Banco do Brasil S.A. para disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelos bancos de transações realizadas com cartões por eles emitidos

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Companhia detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “back office” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações.

Participação de Credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo

A Companhia é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Companhia participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos seus manuais. A Companhia remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores e demais instituidores de arranjos (“bandeiras”).

Em decorrência da participação nos Arranjos de Pagamento Elo, a Cielo mantém acordos para realização de campanhas de marketing, similar às relações comerciais mantidas com outros instituidores de arranjos de pagamentos.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio. Diante de dúvidas da interpretação decorrentes da edição da Resolução 4707/2018 e Resolução 4734/2019 a Companhia suspendeu temporariamente a cobrança dos serviços, até que o mercado e o regulador cheguem a um consenso sobre este tema.

Escrituração de ações da Companhia

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Companhia firmado com o Banco Bradesco S.A., no qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Companhia.

Serviços operacionais - Programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“*stock options*”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Serviços de gestão de pagamentos

O Banco do Brasil celebrou contrato de prestação de serviços com a Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.

Direito de Exploração do Arranjo Ourocard

Conforme Nota Explicativa nº 11 - Intangível, a Cateno possui, junto ao BB Elo Cartões e ao Banco do Brasil, contratos que regem a exploração do Arranjo Ourocard. Dentre os contratos, há previsão de compensação de custos e despesas associados ao Arranjo Ourocard que ultrapassem um teto anual definido com base em um percentual sobre o volume transacionado. Em razão do aumento das despesas operacionais ocorrido em 2020 e dos impactos sobre o volume decorrentes da pandemia da COVID-19, o valor de gastos excedentes ao teto, no montante de R\$29.907, foi

reconhecido como reembolso de despesas no 4º trimestre de 2020

Serviços de escrituração de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco S.A. consiste na prestação de serviços de escrituração de debêntures e banco mandatário.

Serviços de gestão de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco BBI S.A. consiste na prestação de serviços de coordenação e distribuição de notas promissórias e debêntures, sendo a última, nos termos da Instrução CVM nº 400.

Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. tem por objeto regular a prestação dos serviços de movimentação, custódia e liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos registrados na SELIC e com títulos privados registrados na CETIP.

Serviços de representação junto à CIP

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. consiste na representação do banco junto à CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos, visando à prestação de serviços de liquidação das transações efetuadas com os cartões de crédito e/ou débito e prestação de serviços de emissões de STR's - Sistema de Transferência de Reservas.

Gestão de Conta de Pagamento Pré-Pagas

Contrato firmado com Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. para emissão e gestão de meios de pagamento pré-pagos para estabelecimentos credenciados à Companhia.

Concessão de Pontos Nivelô

Contrato firmado com a Nivelô S.A. para concessão de pontos Nivelô para participantes de campanhas de incentivo desenvolvidas pela Companhia.

Contratos de Credenciamento

Contratos celebrados entre a Companhia e suas Controladas Stelo, Braspag e M4 para que a Companhia preste serviços de credenciamento, processamento e liquidação de transações.

Contratos bandeira Elo

Contratos celebrados entre a Companhia e a bandeira Elo (Elo Serviços S.A.) para que a Companhia preste serviços de captura, roteamento, processamento e direcionamento das transações de pagamento referentes aos arranjos de pagamento da Elo, assim como, para fornecimento, pela Cielo, de mão de obra específica para o desenvolvimento de projetos de tecnologia pontuais e específicos e o licenciamento da plataforma de processamento das transações para a Elo.

Licenciamento de plataforma

Contrato firmado entre a Carson Serviços Financeiros (controlada do grupo Bradesco) para o licenciamento da plataforma que permite o cadastramento do cartão de crédito para uso no aplicativo, funções de recebimento através da adquirência, e soluções de promoção *marketplace*, assim como, a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, e o gerenciamento da plataforma.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Companhia mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”;
- Seguros contratados;
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar;
- Cartão de crédito corporativo;
- Serviço de pagamento a fornecedores;
- Serviços de viagens.

28 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa do Conglomerado Prudencial foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa do Conglomerado Prudencial. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	31/12/2020	31/12/2019
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	(250.349)	(30.123)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	301.535	54.970
Benefício pós emprego	13.866	(16.783)
Integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital – Aliança	246.905	-
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	166.421	81.276

29 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	249.184
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	230.000
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.500.000
Frota	1.635

30 Eventos subsequentes

Em 07 de janeiro de 2021, após as aprovações do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, foi realizada a alienação da totalidade das ações na Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”), que representam 40,95% do capital social da Orizon, para Bradseg Participações S.A. pelo valor de R\$ 128.992. Os efeitos da transação geraram um ganho de líquido de aproximadamente R\$ 4.687, que foram reconhecidos no balanço de janeiro de 2021.